

## **MOVIMENTO GREVISTA GENERAL MOTORS DO BRASIL EM 1985: ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À NOVA CONFIGURAÇÃO SOCIOECONÔMICA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP**

***Yandra Aparecida Siqueira<sup>1</sup>, Bruna Nardim Roberto<sup>2</sup>, Dayse Iara de Amorim<sup>3</sup>,  
Letícia da Silva Moura<sup>4</sup>; Ana Cabanas<sup>n</sup>, Lana Benevides<sup>n</sup>***

Anhanguera Educacional/Administração, Av. João Batista de Souza Soares, 4121, Colônia Paraíso, São José dos Campos-SP, 12236-660, <sup>1</sup>[yandrasiqueira@gmail.com](mailto:yandrasiqueira@gmail.com), <sup>2</sup>[brunninhasuper@hotmail.com](mailto:brunninhasuper@hotmail.com); <sup>3</sup>[dayse.iara@yahoo.com.br](mailto:dayse.iara@yahoo.com.br), <sup>4</sup>[leticiamoura4@hotmail.com](mailto:leticiamoura4@hotmail.com); <sup>n</sup>[anacabanas@aedu.com](mailto:anacabanas@aedu.com); <sup>n</sup>[lane.benevides@aedu.com](mailto:lane.benevides@aedu.com)

**Resumo-** O Movimento de Trabalhadores tem repercussão mundial no âmbito das lutas sociais. Nesta pesquisa bibliográfica exploratória a intenção é defender a consolidação do Movimento Grevista, ocorrido na General Motors do Brasil no ano de 1985 como o agente desencadeador das novas demandas das questões sociais no Município de São José dos Campos, SP. Não obstante, na década de 1980, o município regulamenta as suas ações sociais, criando legislações e Departamentos de Promoção Social. Em contrapartida, neste mesmo momento emergem as Organizações Não Governamentais, tal qual se tornará o palco da ação de trabalho do profissional do Serviço Social. O Movimento Grevista de 1985 na General Motors do Brasil evidenciou que na medida em que ocorreu o aumento na demanda do Serviço Social no atendimento às famílias em vulnerabilidade social. De modo geral, observou-se que ao mencionar a migração dos trabalhadores protagonistas deste movimento popular, as consequências não são individuais, mas com abrangência ao núcleo familiar que este compõe. Nesta configuração, o Assistente Social intervém junto aos conflitos sociais gerados, com vulnerabilidades múltiplas e distintas entre si.

**Palavras-chave:** Movimento grevista. Vulnerabilidade. Marginalização. Serviço Social.

**Área do Conhecimento:** Ciências da Saúde – Serviço Social

### **Introdução**

Na década de 1950, o Vale do Paraíba Paulista se torna o foco do projeto político-social de no processo de industrialização. Privilegiado em sua localização, entre os dois maiores pólos industriais: São Paulo e Rio de Janeiro; região em expansão econômica, sem tradição industrial. Não somente o progresso adquirido da modernização no Município de São José dos Campos (SJC), consequente da ebulição na transição do processo de produção causado pela aceleração dada por meio de máquinas, aferiu-se ao movimento migratório de desempregados atraídos pelo momento de pleno emprego na região, particularmente vindos da região Sul de Minas Gerais devido à proximidade geográfica, formando um exercito de operários empreendedores para comporem essa nova estruturação da rede social do trabalho na região (MEDEIROS, 2006).

A partir da década de 1970, a Ditadura Militar entrava em decadência e, ao mesmo tempo acirrava o movimento de repressão às manifestações populares, inclusive aos trabalhadores; os movimentos sindicais procuravam romper com o matiz Getulista

sobreposta no Golpe Militar de 1964, com a queda do Ex-Presidente João Goulart, e o modelo econômico nacional era articulado na raiz desenvolvimentista. Em compensação, em 1979, o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (SindMetalSJC), até então articulado no movimento ditatorial, inicia Assembléias Trabalhistas, convocando a participação dos trabalhadores como indivíduos sociais e membros atuantes da sociedade, denunciando a política econômica contraditória aos interesses da classe operária – arrocho salarial, configurava-se a luta dos trabalhadores na busca do sindicalismo independente de classe e liberto do controle do Estado, confrontador com a Ditadura Militar (ANTUNES, 1988).

Nesse contexto, estes trabalhadores encontravam-se inseridos em um processo de relações de trabalho sob a égide da sociedade burguesa prevalecendo à exploração da classe operária, com a perspectiva da continua extração da mais valia. Por isso, objetiva-se neste artigo defender a consolidação do Movimento Grevista, ocorrido na GMB no ano de 1985 como o agente desencadeador dos demais movimentos de trabalhadores na região do Vale do Paraíba

Paulista, protagonistas de uma nova demanda na questão social em decorrência do desemprego e da perseguição política, aflorando o papel do profissional do Serviço Social frente a esse processo.

### Metodologia

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, baseado no conhecimento empírico de uma das pesquisadoras que presenciou o momento citado, pois é filha de um funcionário da GMB na época, que se tornou anistiado político devido às perseguições políticas sofridas pelo mesmo.

A análise parte da premissa de Ianni (1981 *apud* IAMAMOTO, 2010) sobre a polêmica teórica e político-profissional instaurada no Serviço Social, na década de 1980, qual é tributária complexificação histórica do Estado e da sociedade no País com a expansão monopolista capitaneada pelo grande capital impulsionada pelas condições criadas com a ditadura militar e sua crise.

### Resultados

Foram 17 dias de ocupação. O país até então sob a égide ditatorial, o Presidente da República Tancredo de Almeida Neves falece em 21 de Abril de 1985, e, contudo os trabalhadores permaneceram em greve. O então Governador do Estado de São Paulo, André Franco Montoro ia a público, notificar que enviaria a Tropa de Choque da Polícia Militar, composta por mais de dois mil policiais, para forçar os manifestantes a desocupar a fábrica e que, em caso de resistência estaria decretada a morte certa dos trabalhadores da GMB (SindMetalSJC, 2006).

A sociedade se mobilizou junto às famílias dos trabalhadores que realizavam doações para o Fundo de Greve levando alimentos, bebidas, cobertores, cigarros, entre outras coisas para sustentar a luta dos trabalhadores manifestantes (SindMetalSJC, 2006).

Após 29 dias de greve, exauridos e sem obterem qualquer acordo por parte da empresa, decidem desocupar a fábrica. A GMB por sua vez enviou 405 cartas de demissões por justa causa a trabalhadores, inclusive a alguns que estavam gozando de férias durante o período de greve; que estavam recebendo auxílio-doença pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS); que faltava menos de um ano para se aposentar, inclusive, dois que haviam falecido antes da greve (MEDEIROS, 2006, p.83).

Após as demissões por justa causa, com seus nomes inseridos no Arquivo Nacional, este exército de pessoas encontrava-se em

vulnerabilidade social. Surgia uma nova demanda para o Serviço Social que, por sua vez, fez-se necessário criar estratégias que atendessem a nova composição dessas famílias. Dentro deste contexto encontra-se o Assistente Social no afã desta nova questão social, no momento onde se reconfigura as relações sociais do trabalho no Município de SJC.

Na década de 1980, SJC se depara com o agravamento da questão social com o crescimento da fome e da miséria na cidade, se fazendo necessária uma maior intervenção por parte do Executivo nas ações do campo social proporcionando condições mínimas de sobrevivência para essa parcela dos munícipes (STEIN, 1997).

A partir da investigação realizada nos Projetos – Lei e Emendas contidas no arquivo da Câmara Municipal de São José dos Campos (CMSJC) foram possíveis constatar que o Executivo a partir da década de 1980 inicia ações dentro do Programa chamado de Promoção Social atendendo as famílias em vulnerabilidade social no Município.

Nessa premissa, apresentou-se a União Participativa de Ação Social (UniPAS), criada em 13 de Setembro de 1983, que atendeu as necessidades sociais da população durante toda esta década e a Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS) que atende as Resoluções Federais na esfera social até os dias atuais (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 1983; 2011). Ao ser extinta a UniPAS, foi devido como eixo de ações da SDS a Política Municipal de Assistência Social a família/comunidade como elo integrador das ações e foco dos programas específicos (PRESIDÊNCIA, 1988).

Com o subdesenvolvimento histórico em SJC a partir da crise do Capital e do emprego, novas demandas identificam as necessidades e possibilidades emergentes na região. O papel da Organização Não Governamental (ONG) assume um perfil de luta pela aquisição de espaços e mobilizações populares que assegurassem os direitos dos cidadãos, nesse contexto o Terceiro Setor interage na luta classes confrontando o Estado e o Sistema Capitalista.

Nesse âmbito em especial, a prática do profissional do Serviço Social surge em função de um processo histórico de amadurecimento intelectual e de ampliação das demandas sociais, o qual se revela uma profissão capaz de estar conhecimentos que lhe acrescentam subsídios teórico-metodológicos, coerentes com sua natureza e com as exigências societárias.

## Discussão

No início da pós-ditadura militar os movimentos populares ainda significavam um confronto direto entre a luta de classes dos trabalhadores contra o Estado, o qual que implicava em uma ruptura junto ao poder público, defensor do capitalismo monopolista, fragilizando as lutas populares por meio de repressões.

“A década de 1980 foi marcada pelo emergir dos movimentos sociais, a discussão da Assistência Social e a luta para seu reconhecimento enquanto política social, garantindo sua inserção na Constituição Federal (CF) de 1988” (SILVA, 2007, p.12).

Ainda que a configuração política do País apresentasse um Presidente da República não militar, eleito pelo voto indireto. Fato gerador de um retrocesso nos avanços pertinentes aos direitos sociais dos trabalhadores que permaneceu na alta organização capitalista, fragmentados no cenário da mais valia (NASCIMENTO; FICHER, 2009).

Definidas as desigualdades sociais agravadas ainda mais com a recessão provocada por demissões em massa, redução do consumo, inicia a busca acentuada pelo mercado informal de trabalho. Contudo, a crise nacional teve refletiu acirradamente no Município, cuja base econômica era industrial e enfrentava a crise nas relações do trabalho.

O movimento dos trabalhadores provocou uma grande mobilização a respeito dos seus direitos, expandindo as questões do cotidiano que gradativamente lutava pela consolidação dos direitos garantidos na CF 1988. Como as demandas sociais exigiam o comparecimento do Estado no combate à pauperização da classe trabalhadora (MONTAÑO, 2002).

Observa-se que foram as lutas sociais que transformaram a questão social em uma questão política e pública, transitando do domínio privado das relações entre capital e trabalho para a esfera pública, exigindo a intervenção do Estado no reconhecimento de novos sujeitos sociais como portadores de direitos e deveres, e na viabilização do acesso a bens e serviços públicos pelas políticas sociais (RAICHELIS, 2006).

Iamamoto e Carvalho (2009) afirmam que as relações sociais são reproduzidas e condicionadas pelos modos de produção em um movimento dialético. O dinamismo histórico emerge de uma luta constante de produção e reprodução de material, ideológica e política, onde a mais valia é o objeto de interesse dos detentores do Capital.

Os movimentos sociais organizados na década de 1980 geraram novos desafios para o profissional do Serviço Social, em um momento

em que o povo brasileiro movia-se pela esperança de um modelo de governo democrático que seria lançada a sorte. No entanto, o País está inserido em uma convulsão política na qual o profissional do Serviço Social enfrenta diante da greve, encontrando-se em um lema que alcança a nível nacional; não contribuindo em nada o pensar social.

A questão social fragmentada eleva-se nos patamares do desemprego, violência, drogas, fome, analfabetismo, o alcoolismo entre outros. Nesse contexto de aceleração e aumento dos problemas sociais, o profissional tem que se adequar as necessidades, com as demandas da classe pauperizada, exigindo do Estado o reconhecimento de direitos sociais, devolvendo à dignidade, a autonomia, a liberdade a todas as pessoas que estejam em situação de exclusão (PAULO NETTO, 1999).

O Serviço Social se desenvolveu e se profissionalizou sob a égide de desenvolvimento capitalista, enquanto estratégia de organização e gestão do processo de trabalho. O Estado canaliza o fundo público para o financiamento do capital e reprodução da força de trabalho, as transformações no mundo do trabalho vêm acompanhadas das mudanças nas relações entre Estado e Sociedade civil, conforme o modelo neoliberal (PINTO, 2008).

Um dos maiores desafios que o assistente social vive, na atualidade, é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. “A retração do Estado no campo das políticas sociais amplia-se a transferência de responsabilidades para a sociedade civil no campo da prestação de serviços sociais, levando a um crescimento de parcerias do Estado com as Organizações Não-Governamentais” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p.41).

Mais que mediador dos conflitos sociais, o Assistente Social deve ser um profissional informado, competente para propor, negociar e atender as necessidades das instituições trabalhando em projetos que defendem seu campo de trabalho, suas qualidades e funções profissionais, que vão além das rotinas institucionais e buscando apreender o movimento da realidade (PINTO, 2008).

## Conclusão

O tema proposto neste artigo está intrínseco com a atuação do profissional do Serviço Social na medida em que se torna nítido o trabalho social por parte do Poder Executivo no Município de

SJC, década de 1980, e que se intensifica no decorrer do tempo à medida que se elevam os números de demissões nas indústrias multinacionais na mesma época.

Observou-se que ao mencionar a migração desses trabalhadores protagonistas deste movimento popular, as consequências não são individuais, mas com abrangência ao núcleo familiar que este compõe.

Em contrapartida, evidenciam-se os trabalhos de ONG e outros Movimentos Sociais que objetivam suprir necessidades distintas, atingindo famílias pauperizadas, frutos das desigualdades sociais fragmentadas no desemprego, na falta de capacitação profissional e no aumento da demanda concernente ao acesso aos serviços públicos. Nesta configuração, o Assistente Social intervém junto aos conflitos sociais gerados neste cenário onde as vulnerabilidades são múltiplas e, por conseguinte, distintas entre si.

Não somente um agente mediador aos serviços públicos às minorias por meio de Plantões Sociais e Projetos desenvolvidos no Terceiro Setor, o Assistente Social é, também, formulador de Emendas e Projetos-Lei no campo das Políticas Públicas e um formador de opiniões no ambiente das relações sociais, intervindo no palco das desigualdades, das disparidades, dos diferentes e das diferenças sociais.

Conclui-se que o Movimento Grevista de 1985, na GMB em SJC despertou a classe trabalhadora na região, na medida em que apontava o ponto de partida para muitos outros movimentos classistas reivindicatórios e os efeitos da extinção do momento de pleno emprego vivido, até então.

No município, evidenciaram-se o aumento na demanda do Serviço Social no atendimento às famílias em vulnerabilidade social, fragmentada na questão social, objeto de trabalho do Assistente Social.

Diante disso, propõe-se ao Estado e aos profissionais do Serviço Social a consolidação deste Movimento de Trabalhadores, para que as próximas gerações tenham ciência de seus efeitos na estrutura das relações sociais do trabalho desencadeadas por esta ação dos metalúrgicos da GMB.

Consolidá-la, reconhecendo-a como parte da História do Vale do Paraíba Paulista e do Município de SJC, incluindo-a em Obras Literárias e Documentos Municipais, agregando-lhe o devido valor. E incentivando a Educação Solidária que capacita e dignifica a classe trabalhadora.

## Referências

- ANTUNES, R. **A rebeldia do trabalho**. São Paulo: Ensaio, 1988.

- IAMAMOTO, M.V. **Serviço social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2010.

- IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social do Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

- MEDEIROS, M.X. **Bom mesmo é ser metalúrgico**. Dissertação (mestrado). UFU. Uberlândia, 2006.

- MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**. São Paulo: Cortez, 2002.

- NASCIMENTO, L.H.; FICHER, M. **A ideia na prática**. In: SALES, M.A.; RUIZ, J.L.S.(Orgs.). São Paulo: Cortez, 2009.

- PAULO NETTO, J. A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea. **UNB**. Capacitação em serviço social e política social. Brasília: UNB/CEAD, 1999.

- PINTO, T.B. **Terceiro setor e serviço social**. UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.

- PRESIDÊNCIA. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Publicada em 1988. Disponível em: <[http://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2011.

- RAICHELIS, R. Gestão pública e a questão social na grande cidade. **I Relatório Científico da Pesquisa Temática Gestão Pública e Inserção Internacional das Cidades**. Parceria entre Cedec, PUC-SP, UnESP, FGVSP, FAPESP. São Paulo, 2006.

- SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (Município). **União Participativa de Ação Social** (UniPAS). Disponível em: <<http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/desenvolvimento-social.aspx>>. Acesso em: 08 jun. 2011.

- SILVA, M.C. **Marcas e marcos**. Tese (doutorado) – Serviço Social, 2007.

- SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO. (SindMetalSJC). **Revista Comemorativa de 50 anos de Fundação**, 1956-2006. p.14-8, 2006. Disponível em: <<http://www.sindmetalsjc.org.br/sindicato/historia/>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

- STEIN, R.H. **A descentralização como instrumento de ação política**. Disponível em: <[www.ts.ucr.ac.cr](http://www.ts.ucr.ac.cr)>. Acesso em: 21 jun. 2011.